

Frei Boaventura Kloppenburg e a história da Igreja Católica no Brasil: aspectos de uma biografia

Frei Boaventura Kloppenburg and the history of the Catholic Church in Brazil: Aspects of a biography

Solange Ramos Andrade¹

sramosdeandrade@gmail.com

Resumo. Filho de imigrantes alemães que chegaram ao Brasil em 1924, Frei Boaventura Kloppenburg (1919-2009) pode ser considerado um dos maiores representantes do pensamento católico no Brasil dos anos 1950 e 1960. Este artigo analisa sua trajetória a partir de sua atuação na *Revista Eclesiástica Brasileira* durante o período de 1952 a 1971. Esta atuação será abordada sob três aspectos: seu trabalho de Redator (1953-1971), seus artigos sobre o espiritismo, a maçonaria e as religiões de matriz africana (1952-1968) e seu papel de divulgador e de analista das disposições do Concílio Vaticano II (1962-1965). Sua biografia pode ser relacionada com o momento histórico em que a Igreja Católica no Brasil enfrentava a concorrência de várias denominações religiosas, além da necessidade de adequação às disposições conciliares.

Palavras-chave: biografia, religiões, periódico, História das Ideias.

Abstract. The son of German immigrants who arrived in Brazil in 1924, Frei Boaventura Kloppenburg (1919-2009) can be considered a leading representative of Catholic thought in Brazil in the years 1950 and 1960. This article analyzes his career from his trajectory in *Revista Eclesiástica Brasileira* from 1952 to 1971. This performance will be approached from three aspects: his work as an editor (1953-1971), his articles on spiritism, freemasonry and the religions of African origin (1952-1968) and its role as disclosing and analyst of the provisions of Vatican II (1962-1965). His biography can be related to the historical moment in which the Catholic Church in Brazil faced competition from various religious denominations, besides the need for adaptation to council rules.

Key words: biography, religions, journal, History of Ideas.

¹ Professora Associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Coordenadora Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades, ANPUH, Biênio 2010-2012.

Minha proposta consiste em estabelecer a importância dos estudos biográficos de membros do clero brasileiro, ao constatar que podemos perceber as formas como, a partir da segunda metade do século XX, as determinações eclesiais são apropriadas e representadas pelos vários setores que compõem a pluralidade de abordagens que caracterizam a Igreja Católica no Brasil.

Apresento, neste texto, a biografia do Frei Boaventura Kloppenburg (1919-2009). Filho de imigrantes alemães que chegaram ao Brasil em 1924, Frei Boaventura Kloppenburg pode ser considerado um dos maiores representantes do pensamento católico dos anos 1950 e 1960. Meu objetivo é analisar sua trajetória a partir de sua atuação na Revista Eclesiástica Brasileira durante o período de 1952 a 1971. Essa atuação será abordada sob três aspectos: seu trabalho de redator (1953-1971), seus artigos sobre o espiritismo, a maçonaria e as religiões de matriz africana (1952-1968) e seu papel de divulgador e de analista das disposições do Concílio Vaticano II (1962-1965). Sua biografia pode ser relacionada com o momento histórico em que a Igreja Católica no Brasil enfrentava a concorrência de várias denominações religiosas, além da necessidade de se adequar às disposições conciliares.

Kloppenburg representa, durante as décadas de 1950 e 1960, um dos setores da Igreja que vivencia, respectivamente, a luta pela hegemonia do catolicismo e a violenta crítica à ebulição religiosa, caracterizada pela ascensão do espiritismo, da umbanda e do pentecostalismo, que fugia do modelo de sociedade católica desejado nos anos de 1950 e a mudança perpetrada pelo Vaticano II e sua chamada para a modernidade, proclamando uma postura mais dialógica voltada a essas manifestações, optando pela análise dos movimentos e procurando estabelecer a identidade religiosa do brasileiro. O local no qual veremos desenrolar esse processo será em suas publicações na Revista Eclesiástica Brasileira (REB), durante o período em que ocupou o cargo de redator (1953-1971).

Durante a década de 1950, Kloppenburg será um dos maiores representantes da Igreja Católica na luta contra o espiritismo, a umbanda e a maçonaria. Na década de 1960, participa ativamente do Concílio Vaticano II, tornando-se seu principal divulgador no Brasil.

Kloppenburg pertence a uma tendência que denomino eclesial-tradicional²: eclesial, por fazer referências constantes e quase que exclusivamente aos documentos eclesiais para realizar sua análise das manifestações religiosas; tradicional, porque seria a maneira pela qual os membros do clero, ao efetuarem qualquer

discurso relacionado a essas manifestações, remetem-no à postura oficial da Igreja. Trata-se da abordagem mais usual da Igreja Católica em toda sua trajetória histórica, ou seja, analisar as manifestações a partir de seu próprio espaço institucional, a partir de suas próprias designações.

Essa tendência representaria a atuação de uma elite de teólogos que estabelecem as chaves interpretativas do dogma, assim como dominam a tecnologia da escritura. Sua principal referência para elaborar um discurso são as declarações da hierarquia eclesial.

Desde antes do Concílio e mais ainda depois, o episcopado passaria a propor elementos de reflexão mais do que propor soluções, mas ao fazê-lo acaba estendendo seu campo de intervenção a todos os grandes problemas da atualidade social e política. A tendência eclesial-tradicional aborda as manifestações religiosas a partir dos documentos eclesiais.

Em 1952 é criada a CNBB³, em um contexto de concorrência religiosa nas margens das cidades que crescem na mesma dinâmica da industrialização ou do êxodo rural. Até a década de 1950, os membros da Igreja reprimiram as manifestações de religiosidade consideradas como credices, superstições, atos não-católicos. À religiosidade era designado o espaço do folclore; suas manifestações eram tidas como não-religiosas. Os leigos foram sistematicamente banidos das atividades litúrgicas. Haveria a necessidade, de acordo com o clero, de alertar os católicos acerca dos perigos dessas manifestações. É nesse contexto que, a partir da CNBB, é criada a Campanha de Esclarecimento aos Católicos. O maior problema estaria nas manifestações relacionadas ao movimento que os bispos denominavam de “Espiritismo no Brasil”.

Na Primeira Reunião Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de 17 a 20 de agosto de 1953, em Belém, os cardeais e arcebispos, representando todo o Episcopado Nacional, depois de terem maduramente estudado o problema criado pelo Espiritismo no Brasil incumbiram ao recém-criado Secretariado Nacional de Defesa da Fé e Moral articular, em plano nacional, uma Campanha de Esclarecimento aos Católicos (Schierholt, 1999, p. 29).

Os artigos que Kloppenburg publica durante a década de 1960 estão vinculados às designações do Vaticano II e sua consequente estratégia de *ler os sinais dos tempos*. Para tanto, haveria necessidade de se estabelecer relações entre as crenças do catolicismo popular e as designações eclesiais (Libanio, 1999).

² Identifiquei três principais tendências de abordagem da religiosidade na REB. Para maiores informações cf. Andrade (2008).

³ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Kloppenburger faz parte de um grupo que cumpre à risca essas determinações; na década de 1950, a diretriz era condenar as manifestações que a instituição considerava anticatólicas ou heréticas. Kloppenburg tornou-se o porta-voz da condenação a essas manifestações e pedagogo do modo de *ser católico*; na década de 1960, quando o Vaticano II desenvolveu uma postura mais flexível diante do que era considerado pecado grave nos anos de 1950, Kloppenburg tornou-se o porta-voz do diálogo acerca da pluralidade de manifestações e seu consequente processo de conscientização dos brasileiros.

Frei Boaventura Kloppenburg (1919-2009)

Ao trabalhar com a biografia de frei Boaventura Kloppenburg, é importante esclarecer que meu objetivo é investigar a trajetória de um sujeito concreto, inserido na história, com capacidade de influenciar o meio no qual viveu. A partir do estudo de biografia e de contexto (Levi, 1998), destaco a singularidade de sua trajetória, relacionando sua trajetória individual com o contexto histórico em que viveu.

Esse indivíduo é alguém atuante, pertence a uma instituição que lhe dá suporte, que permite seu discurso como sendo o discurso da instituição. Quando o indivíduo fala, o faz a partir da instituição à qual pertence, utilizando códigos referenciais, morais, comportamentais do grupo em que é elemento participante (Certeau, 1994; Bourdieu, 2001; Morin, 1998).

Utilizar a biografia como documento implica relacionar a história do indivíduo ao seu papel enquanto agente histórico, de intermediário entre as ideias da instituição da qual participa com a sociedade em que vive. No caso da história da Igreja Católica no Brasil, significa compreender como os diversos grupos que a compõem relacionam suas diretrizes institucionais com a realidade social, isto é, como os membros do clero brasileiro se apropriam das normas e regras do *ser católico* ditado pela hierarquia eclesial e, quais as maneiras de representá-lo por meio de um discurso que apela a uma ordem que passa a ser a sua (Chartier, 2002).

Quando passei a trabalhar com a biografia de Kloppenburg, percebi que os dados recolhidos de sua trajetória eram os dados pelos quais ele queria ser lembrado, isto é, Kloppenburg, durante sua vida, optou por criar uma memória coletiva ao seu redor. Sua biografia intelectual é pontuada pelos artigos e livros que publicou e cursos que ministrou⁴. É representado como um grande intelectual muito produtivo. Sua atuação enquanto membro atuante em vários órgãos eclesiais do Brasil, da América Latina e também do Vaticano atesta sua importância no cenário eclesial⁵.

Kloppenburger escreve sua história numa biografia escrita pelo seu sobrinho, José Alfredo Schierholt (1999). Digo escreve, porque o texto que abre o livro é assinado por ele e narra a vinda de sua família da Alemanha para o Brasil na década de 1920, sua opção pela vida religiosa e sua trajetória como franciscano. Kloppenburg tinha tal controle sobre o que dizia respeito à sua trajetória a ponto de, em 2009, não apenas escrever seu necrológico, mas também todo o ritual de seu sepultamento. Em seu necrológico, o que chamou atenção foi o seguinte trecho:

A família era católica praticante. [...] Já em fevereiro de 1951 começou a dar suas aulas em Petrópolis. E a partir de 1952 trabalhou também na Editora Vozes como Redator-chefe da Revista Eclesiástica Brasileira, revista que dirigiu durante vinte anos. Neste entretanto aconteceu o Concílio Vaticano II. Frei Boaventura foi logo, já em 1961, nomeado para atuar na comissão de preparação do Concílio. [...] Teve a fama de ser conservador. Calcula-se que deve ter escrito e publicado cerca de 15.000 páginas. Redigiu seu Testamento, sob o título "Creio na Vida Eterna", último livro lançado em 2008. [...] (Biografia de Frei Boaventura, s.d.).

Seu ritual de sepultamento foi cumprido tal como determinou:

Durante as últimas homenagens foram cumpridos rituais planejados pelo próprio frei, que há anos vinha se preparando para a morte. Além da roupa (hábito franciscano), ele escolheu as leituras lidas durante a missa,

⁴ Na apresentação de sua obra, é feita a seguinte consideração: "[...] bispo emérito da diocese de Novo Hamburgo, RS, é doutor em Teologia e foi durante 21 anos professor de eclesiologia no Convento dos Franciscanos em Petrópolis e durante 9 anos no Instituto Teológico-Pastoral do CELAM em Medellín. Foi perito na Comissão Teológica do Concílio Vaticano II (1962-1965), tendo participado na redação de todos os seus textos eclesiológicos. Depois do Concílio foi durante 15 anos membro da Comissão Teológica Internacional da Santa Sé, que elaborou vários documentos sobre a Igreja. Esteve ativamente presente também nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano do Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992), todos eles com textos eclesiológicos. Depois do Concílio elaborou e publicou uma volumosa obra sobre a eclesiologia do Vaticano II e outra sobre o ser do padre ou o ministério sacerdotal ordenado, ambos esgotados, mas com doutrina muito válida em nossos dias e em parte aproveitada nesta obra ZANATA, Augusto A. Edição e organização literária." (in Kloppenburg, 2000, contracapa).

⁵ "Nuestra crónica teológica en tierras brasileñas acompañará los pasos de Mons. Boaventura Kloppenburg (1919-2009) por los caminos de la eclesiología brasileña postconciliar, y su esfuerzo por transmitir la genuina enseñanza del Concilio Vaticano II. Mons. Kloppenburg ha sido un testigo de excepcional fidelidad al Señor y a la Iglesia en su país y en América Latina. [...] Las publicaciones de Mons. Kloppenburg avalan su competencia para ilustrar la recepción del Concilio Vaticano II. Es autor de ochenta libros, publicados en portugués, español, inglés y alemán. Autor de más de 240 artículos en revistas teológicas, y más de 600 artículos pastorales en periódicos brasileños. En total, suman más de 15.000 páginas publicadas sobre muy variados temas. Destacan sus constantes clarificaciones acerca de los fenómenos del sincretismo religioso brasileño, pero también – y es éste el aspecto que ahora nos interesa – se dedicó intensamente a la profundización y divulgación de las enseñanzas conciliares, sobre todo eclesiológicas" (Silva, 2010, p. 349).

fez questão que fosse cantada a Oração de São Francisco (a quem dedicou intensa devoção) e solicitou que fosse feito um agradecimento aos bispos presentes no enterro (nove no total). Também foi ele mesmo quem escolheu o versículo bíblico que será gravado sobre a lápide: “In te, Domine, speravi...”, que significa “Em ti, Senhor, coloquei toda a minha esperança...” (Jornal NH, 2009).

Redator da REB⁶ Kloppenburg (1953-1971)

A Revista Eclesiástica Brasileira do Instituto Franciscano de Petrópolis, publicada em 1941, foi criada com o objetivo de ser uma revista técnica, uma revista de classe para todo o Clero do Brasil. Seus criadores foram dois sacerdotes de Minas Gerais, o Padre Guilherme Boering e o Cônego José Xavier de Maria.

Sob a direção de Tomás Borgmeier (1941-1952), também diretor da *Editora Vozes*, a estrutura inicial da revista constava das seguintes seções: artigos teológicos, comunicações, crônicas eclesiais brasileiras e internacionais e uma seção final de notas bibliográficas.

Kloppenburg assumiu a direção da revista em 1953, cargo que ocupou até 1971. Em seu primeiro editorial como diretor, demonstrava a intenção “fazer uma revista verdadeiramente brasileira”, o que significava publicar matérias que analisassem a realidade vivida naquele contexto histórico. Daí o fato de, nos anos 1950, privilegiar a publicação de documentos que faziam referência à maçonaria, ao protestantismo e ao espiritismo, considerado um risco real à hegemonia católica no país e, nos anos 1960, além do trabalho de Kloppenburg no Concílio, a REB constituiu um meio privilegiado para difundir as determinações conciliares entre o clero brasileiro. Professor de Teologia Dogmática no Instituto Teológico Franciscano até 1972, Kloppenburg foi o segundo redator da REB⁷. Em seu primeiro Editorial enfatizava ser a REB

[...] uma revista prestigiada em todo o mundo [insistia que o periódico deveria ser] uma revista no sentido etimológico do termo; que fosse verdadeiramente eclesial, atendendo aos interesses de toda a Igreja e, finalmente, que fosse brasileira (Kloppenburg, 1953, p. 126-128).

A partir de 1962, quando a REB passou a publicar uma seção dedicada às comunicações e crônicas sobre o Concílio, além de toda a documentação a ele referente, Kloppenburg foi o grande divulgador das ideias do Concílio Vaticano II no Brasil, e os textos publicados na revista durante esse período constituem leitura obrigatória ao estudioso da história da Igreja Católica no Brasil, pois apesar de ser uma publicação trimestral, Kloppenburg garantia a publicação dos textos do Concílio quase imediatamente após sua aprovação, pelo fato de ele ser chefe da Seção de Imprensa para a Língua Portuguesa do Concílio e perito nomeado pelo Papa para assessorar as sessões do Concílio.

Em comemoração aos cinquenta anos da REB, Saranyana afirmaria que “puede decirse que REB familiarizo al clero brasileño con el Vaticano II, que pudo seguir con muchísimos pormenores de sus páginas, y con una excelente orientación teológica” (Saranyana, 1996, p. 267).

Excetuando os Editoriais, de 1952 a 1971 Kloppenburg escreveu sessenta e oito artigos para a REB, dos quais trinta e quatro abordavam o que denominava de “espiritismo e espiritualismo”, e trinta e dois versavam sobre o catolicismo baseado em documentos eclesiais. Destaco, a seguir, a importância que esses artigos tiveram para aquele momento histórico.

A década de 1950 e o discurso contra os “espiritismos”

Dos trinta e quatro artigos sobre *os espiritismos* escritos por Kloppenburg, vinte e nove foram publicados na década de 1950, quatro na década de 1960 e um publicado na década de 1980⁸. O termo “espiritismos” é utilizado em função de uma generalização feita por Kloppenburg e que também reflete a postura do clero brasileiro durante o período.

Desde sua chegada ao Brasil, seus adversários tentaram igualá-lo às crenças afro-brasileiras. Assim se expressava a Igreja, ainda no século XIX, em seu primeiro documento condenando o Espiritismo: a Pastoral de 1867 do Arcebispo da Bahia D. Manoel Joaquim da Silveira. E também o bispo Boaventura Kloppenburg

⁶ Baseado nos seguintes artigos: Rossi (1951, 1965) e Martins (1965).

⁷ A REB teve como redatores: frei Tomás Borgmeier (1941-1952), frei Boaventura Kloppenburg (de 1953 a 1972) e frei Leonardo Boff (de 1972 a 1986). Desde 1986, a redação da revista está a cargo do Frei Eloy M. Piva.

⁸ Em função do espaço limitado, apresento apenas os anos e os fascículos da REB para o leitor consultar. Ressalto que a apresentação está organizada por título dos artigos: Revista Eclesiástica Brasileira – REB. Petrópolis, RJ: Vozes. Vol. 13, fasc. 49, mar. 1953; Vol. 13, fasc. 51, set. 1953; Vol. 21, n.2 (82), jun. 1961; Vol. 18, fasc. 70, jun. 1958; Vol. 19, fasc.73, mar. 1959; Vol. 18, fasc. 72, dez. 1958; Vol. 13, fasc. 50, jun. 1953; Vol. 18, fasc. 69, mar. 1958; Vol. 17, fasc. 66, jun. 1957; Vol. 13, fasc. 52, dez. 1953; Vol. 12, fasc. 45, mar. 1952; Vol. 16, fasc. 64, dez. 1956; Vol. 12, fasc.47, set. 1952; Vol. 28, fasc. 2 (110), jun. 1968; v. 42, n. 167, set. 1982; Vol. 15, fasc. 60, dez. 1955; Vol. 31, fasc. 122, jun. 1971; Vol. 17, fasc. 65, mar. 1957; Vol. 18, fasc. 71, set. 1958; Vol. 17, fasc. 67, set. 1957; Vol. 14, fasc. 54, jun. 1954; Vol. 19, fasc.76, dez. 1959; Vol. 26, fasc. 3 (91), set. 1966; Vol. 16, fasc.61, mar. 1956; Vol. 17, fasc. 68, dez. 1957; Vol. 20, fasc.89, dez. 1960; Vol. 12, fasc. 45, mar. 1952; Vol. 16, fasc. 62, jun. 1956; Vol. 19, fasc. 74, jun. 1959; Vol. 16, fasc. 63, set. 1956; Vol. 19, fasc. 75, set. 1959; Vol. 12, fasc. 46, jun. 1952.

em seu livro A Umbanda no Brasil, no qual identifica Espiritismo e Umbanda (Silva, 2002).

Em 1952 é criada a CNBB, em um contexto de concorrência religiosa nas margens das cidades que crescem na mesma dinâmica da industrialização ou do êxodo rural. Em 1953, a Igreja Católica, por intermédio do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), declarou o Espiritismo um desvio doutrinal perigoso e iniciou, no país, uma forte campanha de educação contra a manifestação. Até a década de 1950, os membros da Igreja reprimiram as manifestações religiosas nomeadas de populares, como credices, superstições, atos não-católicos. A religiosidade era designado o espaço do folclore; suas manifestações eram tidas como não-religiosas. Os leigos foram sistematicamente banidos das atividades litúrgicas. A Igreja aceitou implicitamente a ideia de que o brasileiro se encontrava num estado de ignorância que, por um lado, o levava a certas formas religiosas consideradas extravagantes e, por outro, o impedia de estar à altura das exigências dos tempos. Era necessário preparar uma *resposta* pastoral (Fernandes, 1982).

Kloppenburg afirma que “desde seus inícios, o Espiritismo nacional acentua o lado religioso, com caráter reformista e sectarista no campo moral e religioso e apresenta o aspecto curandeirista” (Kloppenburg, 1960, p. 15). Fará na década de 1950 várias críticas sobre a falta de esclarecimento do próprio clero para melhor combater a denominada *heresia espírita* (Costa, 2002). Na Introdução da 7ª edição de seu livro sobre o espiritismo, Kloppenburg autoproclama sua competência no assunto e afirma a vitalidade e o alcance de sua discussão :

Não sou novato em matéria de espiritismo. Na década de 50 publiquei sobre a matéria livros, cadernos, folhetos e artigos sem conta. Era antes do Concílio Vaticano II (1962-1965), quando defendíamos nossa fé cristã e nossa Santa Igreja contra os ataques de seus adversários. E entre eles estava evidentemente o espiritismo. Era a apologética. Meus escritos, então, estavam sem dúvida marcados pelo ânimo de defesa da fé, para a orientação dos católicos. De um dos meus folhetos (“Por que o católico não pode ser espírita”) chegamos a tirar, em sucessivas edições de cem ou duzentos mil exemplares, mais de um milhão de cópias (Kloppenburg, 2002, p. 3).

Em 1953, é anunciada a Campanha de Esclarecimento aos Católicos e a CNBB define os responsáveis para algumas manifestações: o então cônego Agnelo

Rossi ficou responsável pelos denominados movimentos protestantes, enquanto o frei Kloppenburg seria o responsável pelos *espiritualismos*. A Campanha teria como lugar de exposição de suas mensagens a Editora Vozes, que publicou as cartilhas sobre espiritismo, maçonaria e umbanda redigidos por Kloppenburg (REB, 1953, p. 655).

O programa proposto pelo Episcopado foi publicado pela REB naquele mesmo ano e, dentre as atividades proposta, destaque: esquemas de pregações sobre a heresia espírita; material sobre Espiritismo para os cursos de formação doutrinária previsto para catequistas e participantes do apostolado dos leigos; refutação das acusações mais gerais que os espíritas movem contra a Igreja; esclarecimentos sobre o pecado da magia, sobre as superstições e o sentido dos sacramentos; sugestões concretas sobre o modo de aproveitar o Dia de Defuntos para a instrução sobre a morte e a vida eterna; e folhetos de divulgação entre o povo sobre a inutilidade e a proibição divina de evocar os mortos (REB, 1953, vol. 13, fasc. 51, p. 764-766).

A representação que o clero, nesse momento, fazia do homem brasileiro é a de que era ignorante, sem a orientação de um padre, sem formação cristã e que procuravam terreiros, centros espíritas e lojas maçônicas em função de seus problemas conjugais, econômicos, de saúde, ou por simples curiosidade. Logo, educar a população para compreender o perigo dessas manifestações era tarefa urgente e necessária.

Exatamente por ser um problema de ignorância religiosa da população, Kloppenburg deu um caráter eminentemente popular à Campanha de Esclarecimentos aos Católicos. Usava a linguagem do povo. Usava os meios de comunicação que mais atingiam a grande massa popular. Mostrava ao público exatamente o que ocorria nos terreiros e o que o povo sabia ou lhe era tão familiar. O assunto deixou de ser tabu (Schierholt, 1999, p. 3).

Os artigos que serão a base dos livros organizados para a Campanha Nacional de Esclarecimentos aos Católicos foram publicados na REB e foram determinantes para a escolha de Kloppenburg para ocupar o posto⁹. Vale reproduzir a correspondência enviada por Dom Helder Câmara, então Secretário Geral da CNBB, a Kloppenburg, nomeando-o Chefe da Seção Anti-Espírita:

Rio de Janeiro de 1953. Prezado Amigo Frei Boaventura Kloppenburg, OFM. A Exma. Nunciatura

⁹ Os livros são: *A Maçonaria no Brasil. Orientação para os católicos* (1956); *O Espiritismo no Brasil* (1960) e *A Umbanda no Brasil* (1961).

Apostólica confiou ao Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a honrosa e agradável incumbência de transmitir a V. Revma. em nome da Secretaria de Estado de Sua Santidade e da Sagrada Congregação do Santo Ofício, aplausos à sua Campanha contra a heresia espírita, conduzida com segurança doutrinária, espírito de fé e zelo pelas almas. Apraz-me também informar-lhe que na 1ª Reunião Ordinária da CNBB, o Exmo. Episcopado adotou, oficialmente, uma Campanha Nacional contra a heresia espírita, em grande parte firmada nas sugestões numerosas dos artigos de V. Revma. publicados na Revista Eclesiástica Brasileira. Permita, ainda, que aproveite o ensejo para convidar V. Revma. em nome do Exmo. D. Vicente Scherer, presidente do Secretariado Nacional de Defesa da Fé e Moral, para chefiar a Seção Anti-espírita desse Secretariado. Por todos esses motivos, Deus há de multiplicar suas melhores bênçãos sobre V. Revma. Disponha sempre, meu caro Frei Boaventura, do ano em Jesus Cristo (ass.) Helder Câmara, Secretário Geral (Anexo 5 in Andrades, 2001, p. 235).

A década de 1960: o perito conciliar e o discurso atenuante

Na década de 1960, Kloppenburg publica trinta e dois artigos articulando o catolicismo aos documentos eclesiais¹⁰. A partir de 1959, o Papa João XXIII, convocou membros da Igreja para a discussão sobre o XXI Concílio Ecumênico, denominado Concílio Vaticano II, que repensou o papel tradicional dos leigos dentro da Igreja e seu desenvolvimento como Povo de Deus. O Concílio Vaticano II, que durou de 1962 a 1965, inaugurou uma nova fase da Igreja que se voltou para as questões sociais que envolvem a sociedade moderna.

O Concílio Vaticano II não foi convocado para propor novos dogmas, mas para reformular a fé em linguagem nova, de maneira compreensível para o fiel. Ocorrido no período de 1962-1965, o Concílio, em linhas gerais, procurou estabelecer um diálogo com o mundo moderno. De uma postura de repúdio, de contestação ao avanço científico e tecnológico, ainda dentro do ideal tridentino, a Igreja Católica, procurou se adaptar a esse

novo mundo por intermédio da discussão dos problemas que esse mundo apresenta ao homem. Também buscou estabelecer um diálogo com seus fiéis, por meio de uma reforma espiritual, inspirada num cristianismo mais evangélico, e no ecumenismo.

O que interessa, é o fato de o Concílio chamar a atenção ao homem que vive nesse mundo, esse homem que é *Povo de Deus*, ou seja, toda a humanidade, que necessita ser estudado para ser compreendido e para que nele a Igreja Católica possa agir para contribuir para sua *salvação*. Diante das novas necessidades que a instituição eclesial estabelecia, os teólogos brasileiros foram estudar obras que resgatassem essa visão do *ser brasileiro*, buscando elementos para entender essa cultura tão heterogênea, que é a cultura brasileira.

Esse procedimento se fazia necessário, pois o novo objetivo que a Igreja Católica visava era compreender as manifestações religiosas e culturais para poder agir num povo que apresentava uma religiosidade extremamente diversificada, complexa e incompreensível aos olhos da Igreja, porque fugia ao padrão considerado correto pela instituição. Era necessário conhecer e depois agir para mudar uma postura considerada imprópria.

Na década de 1960 a Igreja, percebendo a sua pequena penetração na vida da população, reavalia sua posição frente a situações de injustiça social, que fazem parte da vida cotidiana de grande parte da população mundial.

Para satisfazer as exigências da justiça e da equidade, deve-se esforçar vigorosamente para que, respeitando-se os direitos das pessoas e o caráter próprio de cada povo, se suprimam, o mais depressa possível, as acentuadas diferenças econômico-sociais que hoje existem e crescem com frequência ligadas à discriminação individual e social (Vier, 1968, p. 421).

Kloppenburg foi assíduo às sessões de trabalho de sua comissão, a Teológica, e deixou um registro acurado sobre o funcionamento da Comissão Teológica e de sua participação numa das subcomissões, assim como um dos poucos relatos existentes sobre a fase preparatória, que foi publicado como primeiro volume de sua *Crônica*, em cinco tomos, sobre o Concílio Vaticano II, pela Editora Vozes (Kloppenburg, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966).

¹⁰ Em função do espaço limitado, apresento apenas os anos e fascículos da *REB* para o leitor consultar. Ressalto que a apresentação está organizada por título dos artigos: *Revista Eclesiástica Brasileira – REB*. Petrópolis, RJ: Vozes. Vol. 28, fasc. 3 (111), set. 1968; Vol. 31, fasc. 122, jun. 1971; Vol. 25, fasc. 2 (98), jun. 1965; Vol. 23, fasc. 1 (89), mar. 1963; Vol. 26, fasc. 3 (103), set. 1966; Vol. 30, fasc. 117, mar. 1970; Vol. 24, fasc. 4 (96), dez. 1964; Vol. 25, fasc. 3 (99), set. 1965; Vol. 26, fasc. 4 (104), dez. 1966; Vol. 31, fasc. 121, mar. 1971; Vol. 29, fasc. 4 (116), dez. 1969; Vol. 27, fasc. 2 (106), jun. 1967; Vol. 30, fasc. 119, set. 1970; Vol. 21, fasc. 83, set. 1961; Vol. 28, fasc. 3 (111), set. 1968; Vol. 22, fasc. 87, set. 1962; Vol. 22, fasc. 87, set. 1962; Vol. 30, fasc. 120, dez. 1970; Vol. 22, fasc. 87, set. 1962; Vol. 27, fasc. 2 (106), jun. 1967; Vol. 27, fasc. 4 (108), dez. 1967; Vol. 29, fasc. 4 (116), dez. 1969; Vol. 31, fasc. 124, dez. 1971; Vol. 27, fasc. 1 (105), mar. 1967; Vol. 23, fasc. 4 (92) dez. 1963; Vol. 24, fasc. 1 (93), mar. 1964; Vol. 29, fasc. 3 (115), set. 1969; Vol. 27, fasc. 3 (107), set. 1967; Vol. 28, fasc. 1 (109), mar. 1968; Vol. 23, fasc. 2 (90), jun. 1963; Vol. 29, fasc. 2 (114), jun. 1969; Vol. 28, fasc. 2 (110), jun. 1968; Vol. 25, fasc. 2 (98), jun. 1965; Vol. 28 fasc. 4 (112), dez. 1968, p. 793-809.

O discurso dos anos 1960 e início de 1970 – uma postura mais ecumênica?

Em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, Kloppenburg publicou dois textos, um sobre a umbanda e o outro sobre a relação morte/devoções. Ambos sugerem elementos de uma estratégia pastoral da Igreja no tocante às manifestações da religiosidade católica, identificando-a como sinônimo de todas as manifestações de religiosidades existentes no Brasil.

No artigo *Ensaio de uma Nova Posição perante a Umbanda*, publicado em junho de 1968, Kloppenburg procura relacionar as disposições do Concílio Vaticano II sobre as religiões não-cristãs, especificamente a Umbanda. Citando trechos dos documentos conciliares e as declarações do Papa Paulo VI, o frei tenta apontar alguns caminhos para que a Igreja adote outras posturas com relação à Umbanda, um movimento no qual presencia-se

um fenômeno de violenta irrupção de uma religiosidade insatisfeita com as formas religiosas oficiais e rígidas, excessivamente controladas e fixas, demasiadamente complexas e intelectualizadas... a Umbanda dá a impressão de ser um protesto popular contra todas as formas religiosas e insuficientemente adaptadas ao ambiente (Kloppenbug, 1968, p. 404-405).

Meu interesse consiste em apontar como Kloppenburg tenta aplicar os princípios do Vaticano II à situação da Umbanda. Em primeiro lugar, afirma que a Igreja Católica deve valorizar positivamente os ritos, usos e costumes da religião umbandista no Brasil: “pode-se afirmar que a presença da Umbanda no Brasil é a presença da África Negra no Brasil” (Kloppenbug, 1968, p. 409). Ressalta a importância dos estudos etnológicos para a compreensão dos ritos, costumes e usos africanos. À Igreja caberia compreender o significado da vida religiosa dos *umbandistas* a partir das informações que a etnologia e a antropologia poderiam oferecer.

[O] homem negro é essencialmente religioso, cultural, simbólico, rítmico, ritual, celebrante, vital, sapiencial, contemplativo social e comunitário [...] que é fenômeno geral no negro africano a preocupação contínua de se pôr em contacto permanente com o Além, o que o torna um ser estruturalmente religioso; e que por isso sua cristianização, para ser autêntica, deve partir necessariamente desse pressuposto básico (Kloppenbug, 1968, p. 410).

Em segundo lugar, Kloppenburg alerta à necessidade de descobrir *as Sementes ocultas do Verbo*, nas culturas africanas. A Igreja Católica deveria buscar uma melhor preparação para realizar a evangelização desse, pois os africanos teriam sido vítimas de missionários influenciados pela mentalidade de seu tempo ao utilizarem métodos ineficientes para evangelizá-los.

Em terceiro lugar, Kloppenburg enfatiza ser necessário à “Igreja, respeitar, fomentar, elevar e consumir em Cristo tudo o que na Umbanda se descobrir de bom, verdadeiro, belo, justo, santo e amável” (Kloppenbug, 1968, p. 411). A Igreja deveria também ter cuidado com os vários elementos presentes em tal manifestação que estariam em desacordo com a doutrina católica, devendo, portanto, serem

libertados dos seus contágios malignos [...] a Umbanda não é só tradição africana, e sim um curioso sincretismo [...] de elementos africanos [...], ameríndios, espíritistas e cristãos. Quando advoga a valorização positiva das religiões não-cristãs e o respeito pelos elementos de verdade, bondade e beleza nela existentes, o Concílio não quer abrir as portas ao sincretismo. Pelo contrário, sublinha que é necessário afastar toda espécie de sincretismo e falso particularismo (Kloppenbug, 1968, p. 412).

Em quarto lugar, o autor insiste na possibilidade e na necessidade de um pluralismo litúrgico, enfatizando que o Brasil não seria o único país a sentir o problema. Em quinto lugar, defende a necessidade de ensinar, por uma reforma litúrgica, a doutrina católica de acordo com a mentalidade das populações africanas. Em sexto e último lugar, afirma que, apesar de existir a liberdade religiosa, devem-se ter limites no que diz respeito aos terreiros de umbanda.

Para concluir seu texto, Kloppenburg propõe um projeto visando algo concreto na evangelização do negro brasileiro. Afirma que não se deve despender o mesmo tratamento pastoral dado ao branco, pois deveriam valorizar positivamente seus *modos peculiares*, bem como instituir um órgão ou organização que se encarregaria de estudar sistematicamente as manifestações religiosas do africano.

Esse órgão deveria pesquisar tudo aquilo que deveria ser importante para o processo de sua evangelização, além de examinar as incompatibilidades com a doutrina cristã para que fossem corrigidas, purificadas e sanadas, segundo o autor. Também nesse órgão deveriam estar presentes sociólogos, antropólogos, psicólogos, com conhecimentos pastorais. Enfatiza também a necessidade de formação de missionários negros, para auxiliar na evangelização. Trata-se de uma postura diferente da etapa anterior que os estudiosos das religiões afro-brasileiras afirmariam:

No Brasil, não são muitos os teólogos que têm refletido especificamente o tema das outras religiões e, em particular, das religiões afro-brasileiras. Após o Vaticano II, em 1968, frei Boaventura Kloppenburg escrevia um artigo na Revista Eclesiástica Brasileira (REB) que marcou as novas atitudes e preocupações dos católicos: Ensaio de uma nova posição pastoral perante a Umbanda. Artigo tanto mais importante, quanto mais se lembra a atuação do autor no Secretariado Nacional de Defesa da Fé e da Moral, criado pela CNBB, em agosto de 1953, e na Campanha contra o Espiritismo (Frisotti, 1995, p. 21).

Publicado no início da década de 1970, partindo sempre de referências ao Concílio Vaticano II, sua grande especialidade, o artigo *A Comunhão Eclesial depois da Morte* (Kloppenburg, 1971, p.333-346) aborda a morte e o fortalecimento da mútua comunicação dos bens espirituais. Ao destacar o papel dos Santos na comunhão eclesial, o autor apresenta a concepção de Santo ligada aos documentos eclesiásticos:

Entendemos por “Santos” os que, canonizados ou não, já estão no céu, glorificados, e vêem “claramente o próprio Deus trino e uno, assim como é” (LG 49/133); ou, segundo a explicação dada pelo Papa Bento XII... “veem a essência divina, numa visão intuitiva, face a face, sem que alguma criatura lhes seja objeto intermediário de visão. A essência divina se lhes mostra imediatamente, sem véu, clara e abertamente. Por esta visão da essência divina deleitam-se; vendo e deleitando-se assim, as almas dos defuntos são realmente bem-aventuradas; possuem a vida e o descanso eternos” (DZ 530) (Kloppenburg, 1971, p. 335-336).

Kloppenburg realiza uma longa argumentação sobre as dificuldades de manter sob controle o culto considerado abusivo pela hierarquia eclesiástica.

O Concílio [...] insinua a existência de “abusos, excessos e deficiências” que devem ser afastados ou corrigidos. Quem conhece nossa religiosidade popular católica não terá dificuldades em reconhecer honestamente a realidade de tais abusos e excessos que são freqüentes e abundantes. (Kloppenburg, 1971, p. 342).

Defende que, apesar desses abusos, o culto aos Santos deveria continuar a ser promovido pela Igreja, pois seria ocasião ou ponto de partida para um anúncio da fé. Também afirma o culto às imagens, pois desde o concílio de Trento, essas foram consideradas sagradas à veneração dos fiéis. Contudo, defende que não se trata de

encher os locais sagrados com imagens, o que levaria, por vezes, à possibilidade de um uso ilegítimo e condenável, associando ao culto das imagens pelas manifestações religiosas da umbanda.

E aqui se pode pensar apenas no evidente abuso supersticioso e fetichístico das imagens dos Santos nos terreiros e nas tendas de Umbanda e Quimbanda. Pode-se pensar também no modo como em igrejas nossas se cultuam determinadas imagens, que aprecem então transformar-se em ídolos e fetiches. Lá está o devoto, sua mão estendida e colada à estátua, mantendo-se por vezes durante longos segundos nesta posição, como se estivesse esperando a passagem de não se sabe que misterioso fluido saneante ou vivificante que emanaria da imagem e passaria através da mão e do braço para entrar no corpo e na alma do fiel (Kloppenburg, 1971, p. 344).

Atentando para a necessidade de se observar o abuso no culto aos santos, o autor finaliza seu artigo com a seguinte afirmação:

[...] veneramos os Santos no próprio ato de adoração a Deus, e não numa forma à parte, como que em competência com o culto prestado a Deus. Dirigimo-nos aos Santos para, na companhia deles e junto com eles, louvar o Senhor e agradecer-lhe as maravilhas que Ele operou nos Santos (Kloppenburg, 1971, p. 345).

Dessa maneira, o culto aos santos só teria a razão de existir pelo papel de intermediários de Deus ou mesmo de exemplos de vida cristã, e não como tomados como divindades poderosas que operariam milagres e relacionados às várias manifestações de religiosidades.

Kloppenburg, fiel defensor e divulgador do Concílio Vaticano II no Brasil, procura encontrar nessas manifestações, prováveis instrumentos para a análise da religiosidade porque, segundo sua argumentação, essas manifestações religiosas teriam componentes muito parecidos com as manifestações do catolicismo, daí o profundo interesse dos fiéis católicos.

A postura do autor é de que a religiosidade estaria relacionada a uma etapa imatura do conhecimento e da consciência religiosa, por estar aliado a elementos mágico-religiosos. Fruto do subdesenvolvimento, seu raio de ação estaria relacionado a determinados espaços, a saber, o mundo rural e o mundo marginal urbano. Desta feita, essas manifestações representariam uma religiosidade insatisfeita com as formas oficiais e rígidas impostas historicamente pela Igreja no Brasil. A alternativa encontrada por Kloppenburg seria a de que a Igreja Católica deveria

desenvolver estratégias relacionadas à valorização do que seria aproveitável na umbanda, para anexar à sua prática e assim conter a fuga dos fiéis católicos quando se deslocassem do campo para a cidade.

Essa tendência propõe ações para conter o avanço de outras religiões nas cidades, espaços em que a Igreja Católica é a instituição religiosa dominante até aquele momento. Kloppenburg também enfatiza que, apesar dos abusos que seriam cometidos tanto pelo catolicismo popular, por intermédio do culto exagerado aos santos, como pela umbanda, o culto aos santos deveria continuar a ser promovido pela Igreja, por ser de máxima importância.

Contudo, essas expressões da religiosidade deveriam ser *purificadas* de seus supostos elementos pagãos. Ora, durante todo o período em que o cristianismo lutou para conquistar seu lugar na sociedade, o culto aos santos sempre foi promovido, destacando seu caráter exemplar, mas no contexto do Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, o culto aos santos é visto como algo a ser disciplinado devido ao seu alto teor devocional, imediatista, individualista, privatizado, o que representaria um perigo para a adesão dos católicos às manifestações que transitavam livremente entre os santos, os espíritos e os mortos.

Algumas considerações

Uma das maneiras que a Igreja Católica encontrou para manter a coesão coletiva ao seu redor, já que estava vivendo uma realidade que punha em risco sua hegemonia no terreno religioso, foi se defender das outras manifestações religiosas, tentando recuperar uma parcela da população que, apesar de católicos, estariam relegados a um plano inferior por terem comportamentos divergentes daqueles defendidos pela instituição, como é o caso do fervor manifestado pelo culto a santos reconhecidos ou não reconhecidos, pelas romarias, pela privatização da fé, pela espera por milagres cotidianos, dentre outros. Essa estratégia pode ser identificada tanto nos anos 1950, com o ataque direto a essas manifestações, como também na década de 1960, com o discurso pluralista e ecumênico defendido pelo Vaticano II.

Neste texto, apresentei as possibilidades que a análise da trajetória do Frei Boaventura Kloppenburg e sua atuação na Revista *Eclesiástica Brasileira* podem fornecer elementos para a compreensão de como os setores do clero brasileiro se comportaram diante dessas exigências.

Referências

ANDRADE, S.R. 2008. A religiosidade católica no Brasil a partir da Revista *Eclesiástica Brasileira*. *Revista Brasileira de História da*

Religiões, 1(2):78-117. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf1/04%20Solange%20R.%20Andrade.pdf>. Acesso em: 06/09/2010.

ANDRADES, M.F. de. 2001. *Do claustro à Universidade: as estratégias editoriais da Editora Vozes na gestão de Frei Ludovico Gomes de Castro (1964-1986)*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 362 p.

BIOGRAFIA DE FREI BOAVENTURA. [s.d.]. Disponível em: <http://7575914628883949533-a-1802744773732722657-sites.googlegroups.com/site/ecclesiaviaveritatis/arquivo-de-documentos-frei-boaventura/BiografiadeFreiBoaventura.pdf>. Acesso em: 15/05/2010.

BOURDIEU, P. 2001. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 424 p.

CERTEAU, M. de. 1994. *A invenção do cotidiano. As artes do fazer*. Petrópolis, Vozes, 352 p.

CHARTIER, R. 2002. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 277 p.

COSTA, F.L. da. 2002. Onde o Diabo agia na sociedade brasileira segundo a Igreja Católica na primeira metade do século XX. *Guairacá*, 18:41-59.

FERNANDES, R.C. 1982. *Os Cavaleiros de Bom Jesus: uma introdução às religiões populares*. São Paulo, Brasiliense, 147 p.

FRISOTTI, H. 1995. Teologia e religiões afro-brasileiras. *Cadernos do CEAS*. Disponível em: <http://ospiti.peacelink.it/zumbi/news/ceas/e300p21.html>. Acesso em: 15/07/2010.

JORNAL NH. 2009. Bispo emérito de NH escolheu detalhes do ritual de seu sepultamento. 11 de maio. Disponível em: <http://www.jornalnh.com.br/site/noticias/geral,canal-8,ed-60,ct-190,cd-193262.htm>. Acesso em: 17/07/2010.

KLOPPENBURG, B. 1971. A Comunhão Eclesial depois da Morte. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 31(122):335-336.

KLOPPENBURG, B. 1956. *A Maçonaria no Brasil. Orientação para os católicos*. Petrópolis, Vozes, 352 p.

KLOPPENBURG, B. 1961. *A Umbanda no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 261 p.

KLOPPENBURG, B. 1962. *Concílio Vaticano II. Vol. I: Documentário preconciliar*. Petrópolis, Vozes, 57 p.

KLOPPENBURG, B. 1963. *Concílio Vaticano II. Vol. II: Primeira Sessão*. Petrópolis, Vozes, 413 p.

KLOPPENBURG, B. 1964. *Concílio Vaticano II. Vol. III: Segunda Sessão*. Petrópolis, Vozes, 559 p.

KLOPPENBURG, B. 1965. *Concílio Vaticano II. Vol. IV: Terceira Sessão*. Petrópolis, Vozes, 639 p.

KLOPPENBURG, B. 1966. *Concílio Vaticano II. Vol. V: Quarta Sessão*. Petrópolis, Vozes, 576 p.

KLOPPENBURG, B. 1953. Editorial. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 13(49):126-128.

KLOPPENBURG, B. 1968. Ensaio de uma Nova Posição Pastoral Perante a Umbanda. *Revista Eclesiástica Brasileira*, XXVIII(2):404-417.

KLOPPENBURG, B. 2002 [1956]. *Espiritismo. Orientação para católicos*. 7ª ed., Petrópolis, Vozes, 455 p.

KLOPPENBURG, B. 2000. *Minha Igreja*. Petrópolis, Vozes, 230 p.

KLOPPENBURG, B. 1960. *O espiritismo no Brasil: orientação para os católicos*. Petrópolis, Vozes, 462 p.

LEVI, G. 1998. Usos da biografia. In: M. de M. FERREIRA; J. AMADO (coords.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 277 p.

- LIBANIO, J.B. 1999. Panorama da Teologia da América Latina nos Últimos Anos. Belo Horizonte. [mimeo].
- MARTINS, W.P. 1965. Fastos Jubilares. *Revista Eclesiástica Brasileira*, XXV(4):863-71.
- MORIN, E. 1998. O método. As ideias: *habitat, vida, costumes, organização (Tomo IV)*. Porto Alegre, Sulina, 320 p.
- ROSSI, A. 1965. 25º Ano da Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*, XXV(1):3-5.
- ROSSI, A. 1951. Dez Anos da Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 11(2):225-231.
- SARANYANA, J.-I. 1996. Medio siglo de la 'Revista Eclesiástica Brasileira (REB)'. *Hispanica Sacra*, 48:261-273.
- SCHIERHOLT, J.A. 1999. *Frei Boaventura Kloppenburg, OFM - 80 Anos por Cristo em Sua Igreja*. Lajeado, O Autor, 448 p.
- SILVA, F.L. da. 2002. Espiritismo à brasileira. *REA - Revista Espaço Acadêmico*, II(17). Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/017/17cluiz.htm>. Acesso em: 15/07/2010.
- SILVA, R.C. de A. 2010 [1968]. Fray Boaventura Kloppenburg, OFM. Los caminos de la Eclesiología en Brasil. Extracto de la Tesis Doctoral presentada en la Facultad de Teología de la Universidad de Navarra. Pamplona. *Excerpta*, 55:345-407.
- VIER, F. (coord.). 1968. *Compêndio Vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis, Vozes, 743 p.

Fontes primárias

Revista Eclesiástica Brasileira (REB). 1953-1971. Petrópolis, Vozes, Vols. 13-31.

Submetido: 29/05/2011

Aceito: 06/12/2011